

## *Preferências dos estudantes da região sul de Goiás que pretendem ingressar no ensino superior*

*Mara Lucia Lemke-de-Castro  
Noaby Carolina de Souza dos Reis  
Lorrany Calaña Campos  
Thamara Ashley Gonçalves  
Caldeira  
Junilson Augusto de Paula Silva*

*Alexandre Fernandes do  
Nascimento  
Lara da Silva Paula  
Ariele Rodrigues de Matos  
Dinelí Pinheiro de Souza  
Larissa da Mata Souza*

---

**RESUMO:** O conhecimento, pelas instituições de ensino superior (IES), da demanda regional é de suma importância para direcionar decisões sobre a implantação de novos cursos de graduação ou remodelar os existentes. O objetivo desta pesquisa foi levantar as preferências dos alunos concluintes do ensino médio de escolas da região sul de Goiás, com foco em identificar o grau de interesse por cursar o ensino superior, a modalidade de curso, o turno de preferência, os cursos mais requisitados, assim como se o curso de Ciências Biológicas ofertado pela UEG, campus Morrinhos, possui demanda na região. Desenvolveu-se um estudo de abordagem quantitativa em uma amostra de estudantes de escolas públicas situadas em dez municípios do sul de Goiás nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os dados foram obtidos por meio de questionários individuais, com questões diretas e objetivas de múltipla escolha ou discursivas diretas. Identificou-se maior demanda por cursos presenciais (72%), de bacharelado (37%), noturnos (62%), pois a maioria dos alunos desta amostra (3.253) pretende trabalhar para custear as despesas inerentes à graduação. Verificou-se que o curso de Ciências Biológicas ofertado pela UEG campus Morrinhos tem demanda superior a 55% entre os entrevistados.

---

**Palavras-chave:** Instituição de Ensino Superior (IES). Demanda por cursos de graduação. Curso de Ciências Biológicas.

---

**ABSTRACT:** Higher Education Institutions Knowledge of regional demand is of paramount importance, in order to direct decisions about the implementation of new undergraduate courses or to reshape existing ones. The objective of this research was to raise the preferences of the High School students of the southern region of Goiás, with a focus on identifying the degree of interest in attending higher education, the modality of the course, the preference shift, the most requested courses. As well as if the course of Biological Sciences offered by UEG, campus Morrinhos, has a demand in the region. A quantitative approach was developed in a sample of students from public schools located in ten counties in the south of Goiás in the years 2014, 2015 and 2016. The data were obtained through individual questionnaires with direct and objective multiple choice questions or direct discursive questions. It was identified greater demand for face-to-face courses (72%), bachelor degree (37%) and night shift (62%); although, most of the students in this sample (3,253) intend to work to cover the expenses inherent to graduation. It was verified that the course of Biological Sciences, offered by UEG campus Morrinhos, has a superior demand of (55%) among the interviewed ones.

---

**Key-words:** Higher Education Institution . Undergraduate Courses Demand. Biological Sciences Undergraduate Course.

Recebido em: 14/07/2017

Aprovado em: 08/03/2018

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema de educação superior brasileiro é constituído pelas instituições públicas (que englobam as instituições federais, estaduais e municipais) e as privadas (que integram as instituições particulares, confessionais, comunitárias e filantrópicas). As universidades têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e, por força regulamentar, devem possuir um terço do quadro de professores com título de mestre ou doutor, trabalhando em regime de dedicação exclusiva, enquanto os centros universitários (faculdades e centros tecnológicos) fazem oferta qualificada de ensino, sem a necessidade de manter atividades de pesquisa (NEVES, 2012).

O ingresso nas instituições de ensino superior (IES) é realizado através de processos seletivos como o vestibular e o exame nacional do ensino médio (Enem) e os cursos de graduação são oferecidos em nível de licenciatura, bacharelado e tecnólogo. Também, faz parte do ensino superior a pós-graduação, que abarca os cursos de especialização e programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Quanto aos meios de oferta, salienta-se o crescimento dos cursos de graduação à distância (NEVES, 2012).

Sobre as origens do sistema de educação superior brasileiro, verifica-se que em 1808 foram fundadas no Rio de Janeiro e em Salvador as primeiras escolas de ensino superior no Brasil, com a chegada da família real. Na época, o ensino superior representava garantia de prestígio social ao assegurar ao concluinte um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, aliado ao fato de que neste período, o formato do sistema de ensino era

controlado pelo governo e baseava-se em cátedras vitalícias (MARTINS, 2002).

Após a Constituição da República em 1891, começaram a surgir as instituições privadas, por iniciativa das elites e lideranças religiosas. Até então, existiam 24 IES no país que passaram para 133 até o ano de 1920. Em 1931, ocorreu a primeira reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação), que autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades, as quais deveriam se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Na época, permitia-se cobrança de anuidade pelo ensino público. A mencionada reforma representou um avanço, mas não atendeu à principal reivindicação da comunidade acadêmica da época: dar exclusividade pública ao ensino superior e não permitir o funcionamento de instituições isoladas (MARTINS, 2002).

A disputa pelo controle da educação entre lideranças laicas e religiosas ocorreu no período de 1931 a 1945 e, na década de 1950, a igreja católica criou suas próprias universidades (MARTINS, 2002). Entre 1945 e 1968 houve luta do movimento estudantil e de professores na defesa do ensino público, por um modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e eliminação do setor privado, pois o elitismo prevalecia atendendo a uma parcela mínima da população (MARTINS, 2002; 2009). Na década de 1950, iniciou-se a interiorização do ensino superior e, em 1960, existiam pouco mais de 226 mil universitários, dos quais 41% em instituições públicas (MARTINS, 2002). Segundo Martins (2009), no período de 1945 a 1965 houve grande expansão do ensino superior público brasileiro.

Em 1960, um total de 29 mil estudantes foram aprovados no vestibular,

mas não conseguiram ingressar no ensino superior. Em 1969, existiam quase 162 mil candidatos em lista de espera para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas (MARTINS, 2002; 2009). O aumento da demanda foi devido ao aumento de egressos do ensino médio entre o período 1947 e 1964, o que coincidiu com o aumento de concentração de renda e propriedade por parte da sociedade brasileira, o que levou a classe média a vislumbrar a educação superior como estratégia para ascensão social (MARTINS, 2009).

Em 1961, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que fortaleceu o ensino pela iniciativa privada e não priorizou que o ensino superior fosse organizado preferencialmente em universidades. Em 1964, iniciou o regime militar, que acabou com o movimento estudantil e vigiava as universidades públicas (MARTINS, 2002).

O governo militar encomendou estudos com o intuito de propor medidas para o ensino superior, cujos diagnósticos e recomendações convergiam para o aumento da oferta de vagas, o não atendimento a um público restrito e para a adaptação dos conteúdos de ensino às metas de desenvolvimento nacional, porém com a racionalização dos recursos. Nesse sentido, o governo deveria estimular a criação de instituições particulares e oferecer auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros (MARTINS, 2009). Isso promoveu a expansão das instituições particulares, principalmente a partir da década de 1970, cuja política governamental para a área foi estimular a capacitação docente e a pós-graduação (MARTINS, 2002).

A reforma de 1968 estabeleceu um modelo único de ensino superior que previa

a coesão entre ensino e pesquisa (MARTINS, 2002). As cátedras vitalícias foram abolidas, a carreira acadêmica foi institucionalizada, o ingresso e a progressão docente foram atrelados à titulação acadêmica (MARTINS, 2002; 2009). A pressão por demanda provocou grande expansão no setor, no período de 1960 a 1980, e as vagas supridas em 75% pela iniciativa privada, que em 1994 representava 69% das matrículas (MARTINS, 2002). Conforme Martins (2009), o ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 era caracterizado por empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e atendimento rápido às demandas do mercado, cujo modelo abafou a concepção de ensino superior articulado entre ensino e pesquisa.

Observou-se uma redução progressiva na demanda para o ensino superior a partir da década de 1980, cujos motivos eram a evasão e a reprovação de alunos do 2º grau e a inadequação das universidades ao mercado de trabalho, o que gerou frustração da clientela em potencial. Em 1980, 11% das vagas ofertadas pelas IES não foram preenchidas, enquanto na década de 1990 passou para 19%. No período de 1985 a 1993, o número de vagas ofertado permaneceu na faixa de 1,5 milhão (MARTINS, 2002). Segundo Martins (2009), entre 1985 e 1996 o número de instituições particulares triplicou, passando de 20 para 64.

A interiorização do ensino superior aumentou em função da busca de clientela, pois até então as IES concentravam-se nos grandes centros urbanos. Outra alternativa para estabilizar a demanda, foi a ampliação acentuada do número de cursos e fragmentação de carreiras pelo setor privado em várias áreas do conhecimento, tornando os cursos menos dispendiosos (MARTINS, 2002; 2009).

De um modo geral, a principal transformação do ensino superior no século XX foi o atendimento às massas e não exclusivamente à elite. Na década de 1990, observou-se que estudantes oriundos de famílias de baixa renda ocupavam 12% das matrículas na rede particular e 11% na rede pública. Aqueles oriundos de famílias com renda intermediária ocupavam 28% das matrículas na rede particular e 29% na rede pública, enquanto os oriundos de famílias de alta renda ocupavam 60% em ambas. Esses dados demonstram que não são os menos favorecidos que ocupam a rede privada e evidenciam que esta parcela da população não usufrui de igualdade pela falta de vagas, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental (MARTINS, 2002).

Conforme Bastos (2005), os filhos das famílias de baixa renda têm que trabalhar desde muito cedo para contribuir com o sustento da casa. A maioria dos concluintes do ensino médio possui graus muito limitados de liberdade de escolha, pois sua condição de classe muitas vezes os leva a percorrer caminhos em que a necessidade supera a própria vontade. A condição socioeconômica impede que vários projetos se efetivem.

Observa-se que alunos que têm condições de investir mais no ensino de base são de família com boas condições financeiras e, conseqüentemente, conseguem com mais facilidade passar na seleção de candidatos. Isso graças a um maior investimento dessas famílias durante o processo educativo de seus filhos como, por exemplo, colocá-los em escolas particulares, pagar cursos preparatórios para que consigam ingressar em bons cursos e em boas universidades (FRANCO, 2008).

A procura pelo ensino superior, expressa por inscrições no vestibular, entre 1990 e 2002, cresceu aproximadamente 160%, enquanto a oferta de vagas aumentou

252%, o que indica redução no número de candidatos por vaga, que passou de 3,8 para 2,8 nesse período. A absorção desta demanda foi feita na maior parte pelas instituições privadas, porém, o ensino público foi o mais procurado, registrando inclusive aumento de 5,7 para 8,9 candidatos por vaga, enquanto as instituições particulares acusaram redução de 2,9 para 1,6 candidatos no mesmo período. O setor privado demonstrou estar em decadência, pois em 2004 somava 49% das vagas sem ocupação e aumento significativo de estudantes inadimplentes (ALFINITO, 2002; MARTINS, 2009).

A partir de 2004 foram colocadas em prática ações do governo com foco em fortalecer a educação superior pública, dentre elas: destinação de orçamento público, implantação de novas unidades e contratação de docentes e funcionários por meio de concurso público. Para permanência dos alunos e democratização do ensino superior foi instituído o Programa Universidade para Todos (PROUNI). No mesmo ano, o governo apresentou um projeto de reforma universitária debatido pela sociedade civil e comunidade acadêmica, no qual estabelecia um marco regulatório para funcionamento de estabelecimentos públicos e privados. Estipulava que a União aplicaria, durante dez anos, um valor superior a 75% da receita constitucionalmente vinculada ao desenvolvimento e à manutenção do ensino. No entanto, apreciações divergentes no poder legislativo tornaram o projeto letárgico (MARTINS, 2009).

Em 2007 culminou a instituição do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de ampliar o acesso nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades

federais, dotando-as de recursos financeiros. A idéia era rever a estrutura acadêmica, aproveitar estruturas físicas e assim aumentar a qualidade dos cursos, cuja meta era oferecer educação superior, até 2010, a pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação. O programa também tinha como meta, para cursos presenciais de graduação, a elevação da taxa de conclusão para 90% e ao final de cinco anos atingir a relação de 18 alunos por professor (MARTINS, 2009; NEVES, 2012).

A modalidade de ensino a distância (EAD), instituída na Lei 9.393/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e regulamentada pelo Decreto 5.622/ 2005, foi outra forma de tentar democratizar o ensino superior. A partir de então, várias universidades passaram a desenvolver projetos de ensino de graduação à distância ou semipresencial. A maioria dos cursos EAD são ofertados em instituições privadas, mas a Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferece essa modalidade no ensino público. O ensino EAD oferecido pela UAB ou nas IES privadas associado ao PROUNI foi outra forma de tentar democratizar o ensino superior, porém não se resume a uma estratégia de mercantilização e privatização do ensino, pois sua utilização como política de Estado precisa ser melhor pesquisada em termos de novas questões de ordem institucional e pedagógica, como, por exemplo, as distâncias dos pólos e modelos de tutorias (SEGENREICH, 2009).

Conforme Neves (2012), as IES privadas se sustentam basicamente por mensalidades, que variam bastante de valor em função do curso, região e tipo de instituição (faculdade, centro universitário ou universidade). Porém, existem outras fontes indiretas de recursos públicos, como isenções fiscais e previdenciárias (PROUNI

e fontes diretas como o crédito educativo (FIES), que contribuem significativamente para a expansão e manutenção do setor privado no país.

Segundo Catani *et al.* (2006), o PROUNI não é um instrumento de democratização do ensino superior, mas sim um programa de estímulo à expansão das IES privadas, uma vez que induz estas instituições a oferecer bolsas a estudantes de baixa renda em troca de isenções fiscais. Assim, o acesso desses estudantes é garantido, porém a sua permanência no ensino superior não é efetivada.

Em 2006 existiam 4,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior e, destes, 74% estavam em instituições privadas. Observou-se que as IES privadas com fins lucrativos absorviam 41% das matrículas, enquanto as IES federais correspondiam a 12%, as estaduais por 10% e as municipais por 3% do total das matrículas. Em relação ao número de instituições de ensino superior, existiam 2.270 IES, sendo que 89% eram privadas, e, destas, 78% representavam as privadas com fins lucrativos. Neste mesmo ano, as universidades públicas federais e estaduais concentravam 70% dos docentes em tempo integral e 64% dos doutores no país. A forma pela qual se deu a expansão do ensino superior torna evidente que a simples ampliação de vagas pela rede privada não ofereceu garantias de democratização (MARTINS, 2009).

Para que uma instituição pública ou privada se mantenha ativa é necessário, primeiramente, que exista demanda para os cursos que ela oferece (TEIXEIRA, 1969; ALFINITO, 2002). Assim, um trabalho que levante as expectativas dos possíveis ingressantes no ensino superior é importante para direcionar decisões sobre a implantação de novos cursos ou remodelar os cursos existentes a fim de atender à demanda

regional (FALCO; SOARES JUNIOR; ALTAF, 2014).

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi criada em 1999, organizada como uma universidade multicampi, com sede central em Anápolis a partir da Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e incorporação de outras 12 IES isoladas. Atualmente a UEG está estrategicamente distribuída em todo Estado de Goiás, com campus em todas as 18 microrregiões. A estruturação da UEG visa ao desenvolvimento do estado no intuito de garantir educação superior pública por meio da interiorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nas especificidades regionais, de forma a atender às expectativas da população (UEG, 2018).

O trabalho foi realizado com o intuito de levantar a preferência dos estudantes da região sul de Goiás que pretendem ingressar no ensino superior, identificando se há interesse por curso superior, modalidade de curso e turno de preferências deste público alvo. Bem como, quais os cursos mais requisitados e se o curso de Ciências Biológicas da UEG campus Morrinhos tem demanda na região. Isso porque este curso teve suas vagas suspensas no vestibular 2017 em função da demanda ter ficado inferior a 1,2 candidatos por vaga. Estudos desta natureza contribuem para que as autoridades competentes passem a levar em conta a realidade dos futuros universitários da região em questão e ofertem cursos de interesse.

O artigo encontra-se estruturado em quatro seções. Esta primeira aborda a introdução sobre o assunto e posiciona a justificativa e objetivo do estudo. Em seguida, estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento de dados e a forma que serão abordados. Na terceira seção, encontram-se os resultados e discussões, baseados na

análise dos dados obtidos e, por fim, na quarta seção, encontram-se as considerações finais da pesquisa que incluem limitações deste estudo e sugestões para futuras pesquisas.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa quantitativa, baseada em questionário elaborado especificamente para atender aos objetivos do estudo, composto de dezessete perguntas curtas e conclusivas de múltipla escolha ou dissertativas simples, conforme proposto por Falco, Soares Junior e Altaf (2014). O estudo pode ser considerado descritivo, de acordo com seu objetivo que é identificar se há interesse por curso superior, modalidade de curso e turno de preferência. O questionário foi testado previamente a fim de corrigir erros de formulação. Para aplicação nas escolas alvo, os pesquisadores explicaram previamente a proposta da pesquisa, apresentaram as instruções de preenchimento e esclareceram sobre a forma de devolução, bem como incentivaram a adesão voluntária dos estudantes.

Os questionários foram aplicados nos anos de 2014, 2015 e 2016, a fim de se obter um universo amostral amplo e diversificado. O universo amostral compôs-se dos estudantes de 20 escolas públicas situadas nos municípios goianos de: Água Limpa (uma escola), Buriti Alegre (uma escola), Caldas Novas (quatro escolas), Cromínia (uma escola), Goiatuba (duas escolas), Morrinhos (quatro escolas), Piracanjuba (duas escolas), Pontalina (três escolas), Rio Quente (uma escola) e Vicentinópolis (uma escola). Foram pesquisadas somente turmas de conclusão de ensino médio regular e de educação para jovens e adultos (EJA), o que totalizou uma amostra de 3.253 estudantes

que aderiram voluntariamente ao estudo, no período de três anos. A escolha de escolas públicas ocorreu devido à grande presença de alunos oriundos dessas unidades públicas dentre os discentes da UEG.

Os questionários foram apresentados e discutidos em sala de aula, para todos os alunos presentes no dia da aplicação. Para responder ao instrumento, os participantes contaram com a ajuda dos professores presentes nas salas de aula e da equipe de alunos da UEG que ficou responsável por aplicar os questionários. A pesquisa foi realizada sempre com o responsável da turma presente e em todas as turmas que possuíam as séries alvo, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Apenas uma escola no município de Morrinhos não aderiu à pesquisa.

Os dados foram tratados usando o software Microsoft Excel 2007, e apresentados os totais de questionários obtidos nos três anos da pesquisa. Os resultados foram descritos em porcentagem em relação ao número total de alunos interessados em cursar o ensino superior e apresentados na forma de gráficos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ingresso no ensino superior é uma transição que traz grandes repercussões para o desenvolvimento psicológico dos jovens estudantes. Para alguns, o simples fato de ingressar no ensino superior e se identificar como estudante universitário parece ser mais satisfatório do que a própria profissão (LASSANCE; GOCKS, 1995).

Os resultados obtidos demonstram que dentre o universo amostral de 3.253 participantes, 3.165 alunos pretendem ingressar no ensino superior. A maioria destes pretende ficar no Estado de Goiás (64,8%), possivelmente têm esta opção em

função de redução de custos. Segundo Zago (2006), alunos que buscam universidades fora da sua cidade ou estado acabam gastando mais pelo simples fato de não morarem com a família, o que se torna mais um fator a ser considerado na sua decisão.

Em estudo semelhante, nos anos de 2014 e 2015, Campos (2015) obteve um universo amostral de 2.198 alunos concluintes do ensino médio nas cidades de Morrinhos, Caldas Novas, Goiatuba e Pontalina, também no Estado de Goiás, dos quais quase 100% também demonstraram interesse em ingressar no ensino superior.

As áreas de biológicas e saúde praticamente se igualam em preferência nesta amostra, totalizando aproximadamente 1.100 entrevistados interessados em cada uma. Mas as ciências humanas possuem mais respondentes interessados, totalizando 1.549 e representa a maioria da preferência dos entrevistados. Braga, Peixoto e Bogutchi (2001) afirmam que o interesse por cursos na área de biológicas vem crescendo cada vez mais em relação às ciências exatas, assim como Bastos (2005), que enfatiza serem as maiores determinantes na escolha profissional as origens socioeconômicas dos estudantes.

Pode-se observar que a grande maioria dos participantes pretende ingressar em instituições públicas (61,0%). Em estudo feito por Braga, Peixoto e Bogutchi (2001), as instituições federais foram as mais requisitadas, tanto pelo fato de terem um custo mais baixo quanto pela qualidade de ensino e de estrutura comparadas a algumas outras instituições. Silva Filho *et al.* (2007) observaram que a partir do momento que alguns alunos conseguem auxílio financeiro optam por instituições privadas. Esses auxílios, na sua grande maioria, são fornecidos pelo governo, por meio de financiamento.

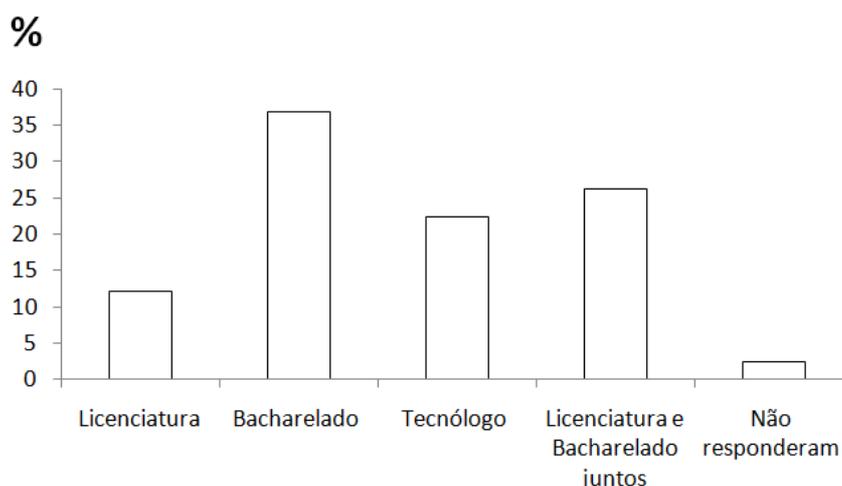
A maioria dos participantes optou por cursos ofertados de forma presencial, pois entendem que vai ajudar nas avaliações (72,6%). Os alunos preferem estar em contato com o professor e outros colegas em cursos presenciais, facilitando o esclarecimento de dúvidas e interação entre os atores. Os resultados encontrados nesta pesquisa foram diferentes de Franco (2008), que afirma que há preferência dos alunos pela nova e democrática tendência dos cursos a distância, para ingressar em um curso, cujo novo modelo de ensino apresenta facilidades para alguns candidatos que sonham em fazer um curso superior, dando a oportunidade de trabalhar.

Durante os três anos de pesquisa, pode-se observar que o tempo gasto para a

conclusão do curso também é de grande importância para os entrevistados, fator de relevância na hora da escolha do curso, pois a maioria dos entrevistados (63,3%) prefere um curso que ofereça ampla e favorável área de atuação, mesmo que seja mais longo.

A modalidade do curso é de suma importância, nessa fase que será decidida qual profissão o concluinte do ensino médio seguirá no futuro. No total da amostragem, observou-se uma proporção bem menor de preferência para os cursos com habilitação em licenciatura (aproximadamente 380 preferem esta modalidade), enquanto que as profissões de cunho mais prático são bem requisitadas (preferidas por mais de 1.800 alunos somando bacharelado e tecnólogo) (Figura 1).

Figura 1 – Modalidade de curso de graduação preferida pelos concluintes do ensino médio na amostra estudada (N = 3.253)



Fonte: dados da pesquisa.

Outro fator que acaba interferindo na decisão dos concluintes do ensino médio é o turno que os cursos de graduação são oferecidos. Do total, 67,6% dos alunos precisam conciliar estudos com o horário de trabalho, enquanto 20,3% dizem não se importar com o período de estudos. Pesquisa realizada por Zago (2006) na Universidade

Federal de Santa Catarina, no ano de 2001 a 2003, identificou um número bastante significativo de universitários oriundos de famílias de baixa renda. Muitos universitários acabam começando o ensino superior com a ajuda dos pais, ou até mesmo com uma pequena poupança, de maneira que a origem e o poder aquisitivo exercem fortes

influências no acesso às carreiras mais prestigiadas, pois a elas estão associados os antecedentes escolares e outros meios de entrada. Hoje muitos alunos conseguem se manter nos estudos, graças ao auxílio fornecido pelas instituições, provenientes de projetos de pesquisa ou extensão, que estimulam os alunos aos estudos e em troca recebem uma bolsa. Na UEG, várias modalidades de bolsa podem ser concedidas aos alunos como: pesquisa, extensão, monitoria, permanência e pró-licenciatura (CCB, 2017). Durante os três anos de pesquisas, observou-se que esse incentivo financeiro é importante para que os alunos continuem na universidade, pois 90,7% dos alunos da amostra disseram que será relevante esse tipo de auxílio.

O turno de atividade do curso define a escolha do candidato, pois com isso ele pode conciliar toda sua vida fora da universidade de acordo com sua necessidade. Segundo Zago (2006), o sistema universitário vigente auxilia a escolha dos candidatos ao oferecer maior flexibilidade de horários e processos de admissão, o que tem tornado vantagem para os alunos. A preferência pelo turno noturno se mostrou prevalente nesta pesquisa e tem resultados compatíveis com os encontrados por Campos (2015) em que quase 70% dos estudantes preferiram o noturno.

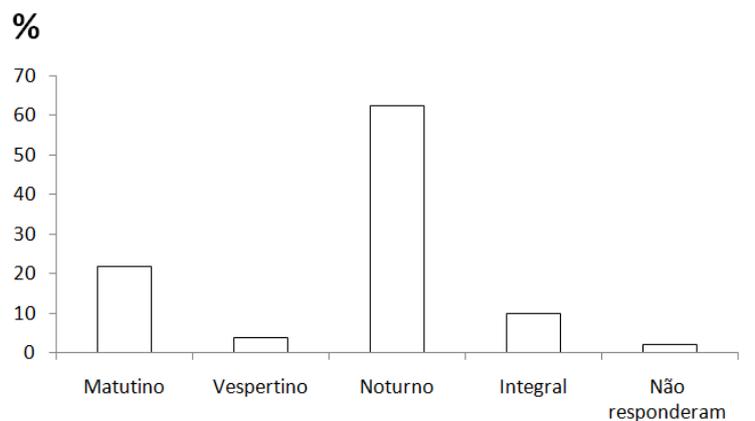
Neste estudo, 2.030 alunos informaram que preferem cursos com atividades noturnas (Figura 2), assim conseguindo o dia todo livre para outros afazeres, conforme relatado. Atividades alternativas como o próprio estágio do curso, trabalho, filhos, e até mesmo outros cursos complementares de conclusão rápida foram

atividades citadas como necessárias de serem desenvolvidas durante o dia. Em segundo lugar de opção, observou-se o turno matutino com 706 alunos, os quais relataram que acreditam obter um rendimento melhor neste período, pois o descanso físico e mental poderia proporcionar melhores resultados em aprendizagem e boas notas e, ainda, teriam o tempo restante para outras atividades no período vespertino. Cursos ofertados em período integral e vespertino tiveram as menores preferências nesta amostra. Campos (2015), também encontrou maior interesse no noturno e o turno de menor interesse o vespertino.

Em pesquisa realizada em Portugal, Gago (1994) se propuseram investigar o porquê de o aluno escolher esse ou aquele curso e de onde vem a influência para a sua decisão. Perceberam que o aluno acaba por optar por cursos que não afetariam sua renda ou disponibilidade ao trabalho, porém, nem sempre a escolha é por uma área que ele goste, o que acarreta um excesso de profissionais que não atuam na sua área de formação.

Braga, Peixoto e Bogutchi (2001) confirmam a questão dizendo que é expressiva a apresentação da democratização do acesso ao ensino superior com a abertura dos cursos noturnos. Essa constatação é preocupante para o curso de Ciências Biológicas da UEG Morrinhos, pois percebe-se claramente que o turno ofertado pelo curso (preferencialmente vespertino) é o menos desejado pelos possíveis candidatos ao vestibular, observação corroborada por Campos (2015).

Figura 2 – Turno de curso de graduação preferido pelos concluintes do ensino médio na amostra estudada (N = 3.253)

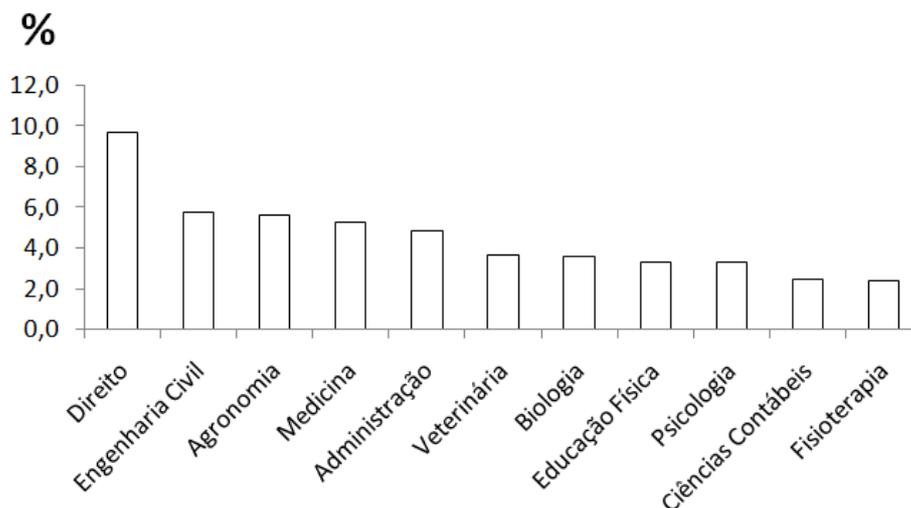


Fonte: dados da pesquisa.

Em um universo amostral de mais de 3.200 participantes, a diversidade de opções de cursos superiores preferidos foi de 58 cursos diferentes e os dez mais citados são apresentados na Figura 3. Em primeiro lugar está o curso de Direito, com um total de 946 interessados na área; em segundo lugar, o curso de Engenharia civil, com 559 interessados; o terceiro lugar ficou com o curso de Agronomia, 549 entrevistados; em quarto lugar, com 512 interessados, Medicina. O curso de Administração ficou em 5º lugar, com 475 interessados, seguido de Medicina Veterinária, com 356 interessados. O curso de Biologia ficou em sétimo lugar, com 350 interessados; em oitavo lugar, empatados, os cursos de Educação Física e Psicologia com 325 interessados; em nono o curso de Ciências Contábeis com 240 interessados; e em décimo lugar, com 234 entrevistados, o curso de Fisioterapia (Figura 3).

Os cursos mais procurados pelos participantes que são oferecidos pela UEG campus Morrinhos foram Ciências Biológicas e Ciências Contábeis, de maneira que os demais cursos procurados pelos entrevistados não são oferecidos pela UEG no campus Morrinhos, porém Engenharia Civil está disponível no campus Anápolis. Morrinhos conta com outra instituição pública que oferece cursos superiores, o Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, onde são ofertados, entre outros, cursos voltados para a área agrícola, suprimindo a necessidade dos candidatos interessados em Agronomia (IF GOIANO, 2017). Morrinhos conta ainda com outra IES particular no formato EAD, a UNOPAR (UNOPAR, 2017) que poderia atender às necessidades dos interessados em cursos de Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Educação Física.

Figura 3 – Cursos de graduação preferidos pelos concluintes do ensino médio na amostra estudada (N = 3.253)



Fonte: dados da pesquisa

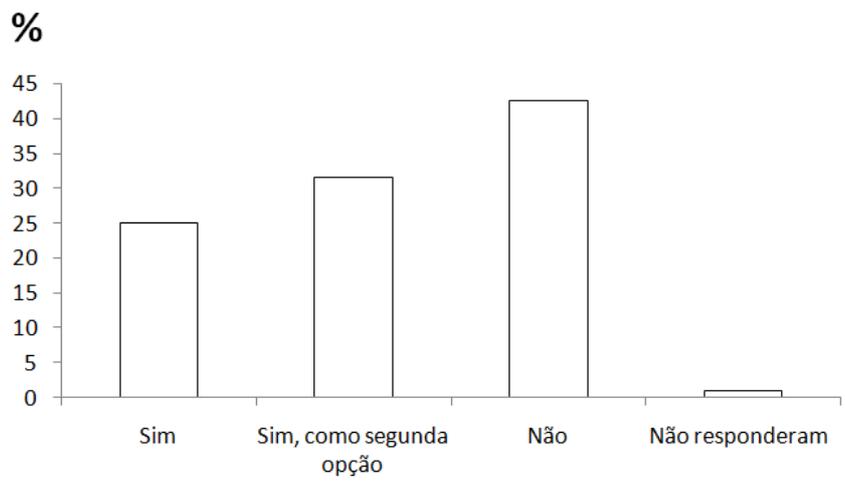
Na região de Morrinhos, em Goiatuba, existe uma Instituição de Ensino Superior particular que oferece sete dos dez cursos mais procurados listados nesta pesquisa (Direito, Engenharia Civil, Agronomia, Administração, Educação Física, Ciências Contábeis e Fisioterapia) (UNICERRADO, 2017). Também em Caldas Novas existe outra Instituição de Ensino Superior particular que oferece quatro destes cursos: Direito, Administração, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis (UNICALDAS, 2017).

Bastos (2005) verificou fatores determinantes para a efetivação das escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público e concluiu que os determinantes socioeconômicos representam o principal obstáculo para a concretização das suas opções profissionais, refletindo, sobre a verdadeira liberdade de escolha. Neste estudo, 87,7% dos alunos afirmam ter

interesse na área de atuação profissional, porém, 7,6% afirmam estar pensando no retorno financeiro depois de graduado.

O total de 47,6% de alunos disse que tem interesse nos cursos da UEG por ser uma unidade de ensino pública, outros 35,8% afirmaram que fariam sim, mas em segunda opção, pois pretendem prestar outros cursos, mas caso não consigam a UEG é a opção viável. Já, 15,9% dos entrevistados não têm interesse nos cursos da UEG. Isso demonstra que a UEG possui boa aceitação na região, pois mais de 2.600 alunos (83% do universo amostral) têm interesse em seus cursos. Pode-se observar, na Figura 4, que a maioria dos entrevistados (1.789) faria Ciências Biológicas, mesmo como segunda opção, totalizando mais de 55% do universo amostral, enquanto 1.347 não optariam pelo curso. Percebe-se assim, a existência de uma demanda considerável para o curso de Ciências Biológicas na região.

Figura 4 - Preferência pelo curso de Ciências Biológicas ofertado pela UEG campus Morrinhos pelos concluintes do ensino médio na amostra estudada (N = 3.253)



Fonte: dados da pesquisa

Observou-se, durante a aplicação dos questionários, pelos comentários dos alunos e pelas respostas discursivas, que o fator de grande relevância para os entrevistados não optarem por cursar Ciências Biológicas é pelo curso ser ofertado em período integral e a maioria dos estudantes pretende trabalhar. Como a maioria dos entrevistados reside em outras cidades e muitas destas cidades disponibilizam transporte para a UEG somente no período noturno, o curso de Ciências Biológicas não é considerado nas opções reais uma vez que é ofertado em período integral e, assim, os estudantes acabam por optar pelos cursos noturnos por questões de logística e não especificamente por interesse no curso.

Segundo Braga, Peixoto e Bogutchi (2001), dentre os candidatos a cursos superiores para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), oriundos de escolas públicas, a maioria optou pelo noturno em todos os dez cursos pesquisados (Administração, Biblioteconomia, Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química). Quando

o mesmo curso é oferecido nos dois turnos, a concorrência no noturno supera à do diurno e o motivo da escolha, observado pelos autores, é que o candidato trabalha. Os referidos autores observaram, no geral, um crescimento exponencial da demanda por alunos que cursaram ensino médio na rede pública e de famílias de baixo poder aquisitivo e que houve um aumento na procura de cursos na área de biológicas, com habilitação em licenciatura e ofertados no período noturno.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um grande número de alunos interessados em continuar estudando, pois 97% dos estudantes da amostra pretendem ingressar no ensino superior. Dentre as preferências citadas há maior demanda por cursos presenciais (72%), de bacharelado (37%) e que sejam noturnos (62%), pois a maioria pretende trabalhar para custear despesas durante o curso. Os dez cursos mais citados pelos 3.253 entrevistados na região

sul de Goiás, em ordem decrescente de preferência foram: Direito > Engenharia Civil > Agronomia > Medicina > Administração > Veterinária > Ciências Biológicas > Educação Física = Psicologia > Ciências Contábeis > Fisioterapia.

O curso de Ciências Biológicas ofertado pela UEG, campus Morrinhos, tem demanda superior a 55% entre os entrevistados, contando primeira e segunda opção e ficou entre os dez cursos mais procurados na região. Porém, a modalidade e principalmente o turno de oferta do curso acabam por serem inacessíveis para a maioria, pois muitos dos estudantes são residentes em cidades vizinhas que possuem transporte consolidado para o período noturno. Sendo assim, os alunos optam por cursos noturnos em função da disponibilidade de transporte, que por sua vez acaba influenciando em suas decisões de escolha do curso de graduação. Na prática, cursos integrais, matutinos ou vespertinos não são viáveis para os alunos que não residem na cidade, mesmo que o curso seja de interesse, em função da impossibilidade de transporte. No caso, os alunos de outras cidades teriam que residir no município durante o período da realização do curso e, muitas vezes, as famílias não têm condições de arcar com as despesas envolvidas. Mesmo para os residentes no município, o ingresso em cursos diurnos dificulta o acesso do estudante ao trabalho durante a realização do curso por resultar em consequente dependência financeira da família.

A oferta de cursos em diversas áreas de conhecimento em um mesmo campus possibilita o acesso a um maior número de estudantes da própria região. A seletividade de campus por áreas de conhecimento força os alunos que não têm condições de residir em outra região, que ofereça o curso de interesse, a desistir do ensino superior ou a ingressar em um curso para o qual ele não

tem interesse. Porém, uma pesquisa constante nesta área se torna importante, uma vez que cursos superiores vêm se adequando às necessidades da sociedade e passam por alterações de demanda constantemente. Estudos desta natureza são importantes para ajudar a direcionar projetos de implantação de cursos de graduação na região ou remodelar os cursos existentes, de forma a possibilitar o atendimento à demanda regional de formação superior e suprir as necessidades da população.

O estudo realizado foi de caráter descritivo e adotou-se uma abordagem quantitativa, na qual foi utilizado o método de questionamento num grupo específico de estudantes. Considerando-se o método adotado, apesar da profundidade de análise em função da quantidade do universo amostral e da extensão do espaço geográfico pesquisado, os resultados obtidos apresentam limitações que não permitem que se façam generalizações para o universo dos estudantes prestes a ingressar em universidades. O estudo foi realizado com estudantes de escolas públicas e para ampliar a base de dados sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas em escolas públicas e privadas, o que possibilitará a correlação dos dados de preferências, inclusive os socioeconômicos, a fim de verificar se as preferências de curso, modalidade e turno variam em função de fatores característicos da amostra, incluindo o poder aquisitivo familiar. Outra sugestão de abordagem para estudos futuros é pesquisar as preferências de cursos em relação ao gênero dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

ALFINITO, S. *Determinação de atributos de preferência do consumidor na escolha de uma instituição de ensino superior no Distrito Federal*. 2002. 122 f. Dissertação

(Mestre em Economia de Empresas) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2002.

BASTOS, J. C. Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de orientação profissional*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-43, 2005.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L.; BOGUTCHI, T. Tendência da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, n. 113, p.129-152, 2001.

CAMPOS, L. C. *Perfil dos alunos que pretendem ingressar no ensino superior*. 2015. 29 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos, 2015.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CCB – Coordenadoria Central de Bolsas. *Modalidades de Bolsas*. 2017. Disponível em: <<http://www.ccb.ueg.br/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

FALCO, G. P.; SOARES JUNIOR, F. J.; ALTAF, J. G. Avaliação da Demanda por Novos Cursos de Ensino Superior na Cidade de Juiz de Fora. *XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. 2014, 10 p.

FRANCO, A. P. Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, n. 4, p. 53-63, 2008.

GAGO, J. M. (Coord. E Síntese). *Prospectiva do ensino superior em Portugal*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação e Instituto Prospectiva, Departamento de Programação e Gestão Financeira. 1994.

IF GOIANO – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos. *Institucional*. 2017. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/morrinhos.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

LASSANCE, M. C. P.; GOCKS, A. A formação da identidade profissional em universitários: a questão da prática. In: II Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional e Ocupacional, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABOP, 1995, p. 65-70.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, Rio Claro, v. 17, n. 3, 2002.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

NEVES, C. E. B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: Congresso LASA – Latin America Studies Association, 30., 2012, São Francisco, Califórnia. *Anais...* São Francisco, Califórnia: LASA, 2012.

SEGENREICH, S. C. D. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 205-222, 2009.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPOLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro.

*Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

TEIXEIRA, A. *O ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

UEG – Universidade Estadual de Goiás. *Institucional*. 2018. Disponível em: <<http://www.ueg.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

UNICALDAS – Faculdade de Caldas Novas. *Institucional*. 2017. Disponível em: <<http://www.unicaldas.edu.br/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

UNICERRADO – Centro Universitário de Goiatuba. *Institucional*. 2017. Disponível em: <<http://www.unicerrado.edu.br/site/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

UNOPAR. *Morrinhos – GO*. 2017. Disponível em: <<http://polos.unoparead.com.br/morrinhos-go>>. Acesso em: 13 set. 2017.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: Percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Mara Lucia Lemke-de-Castro**

Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás, Especialista em Gestão e Manejo Ambiental pela Universidade Federal de Lavras, Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Docente na Universidade Estadual de Goiás, campus Morrinhos, Rua Quatorze, nº 327 - Jd.

América, Morrinhos - GO, CEP: 75650-000.  
E-mail: maralemke@uol.com.br

### **Noaby Carolina de Souza dos Reis**

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: noaby321@gmail.com

### **Lorrany Calaça Campos**

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos, E-mail: lorranyc.campos@gmail.com

### **Thamara Ashley Gonçalves Caldeira**

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: caldeira.ashley@gmail.com

### **Junilson Augusto de Paula Silva**

Mestrando em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás, Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: junilsomaugusto@gmail.com

### **Alexandre Fernandes do Nascimento**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: nascimentoaf.biologia@gmail.com

### **Lara da Silva Paula**

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: laradasilvapala1996@gmail.com

### **Arielle Rodrigues de Matos**

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: arielerodrigues01@gmail.com

### **Dinelí Pinheiro de Souza**

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. E-mail: dineli.pinheiro@gmail.com

CASTRO, Mara Lucia Lemke de; *et al.*

**Larissa da Mata Souza**

Graduanda em Ciências Biológicas pela  
Universidade Estadual de Goiás, Campus  
Morrinhos. E-mail:

[laly.m.souza@gmail.com](mailto:laly.m.souza@gmail.com)